

32ª Sessão do Comitê Permanente de  
Nutrição da Organização  
das Nações Unidas (SCN/ONU)  
De 14 a 18 de março de 2005

Relatório Final

MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Secretaria de Atenção à Saúde  
Departamento de Atenção Básica

Série D. Reuniões e Conferências

Brasília - DF  
2005

© 2005 Ministério da Saúde.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada na íntegra na Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs>

O conteúdo desta e de outras obras da Editora do Ministério da Saúde pode ser acessado na página: <http://www.saude.gov.br/editora>

Série D. Reuniões e Conferências

Tiragem: 1.ª edição – 2005 – 500 exemplares

*Elaboração, distribuição e informações:*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Atenção à Saúde

Departamento de Atenção Básica

Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição

SEPN 511, bloco C,

Edifício Bittar IV, 4º andar

CEP: 70.750-543, Brasília – DF

Tel.: (61) 3448-8040

Fax: (61) 3448-8228

E-mail: [cgpan@saude.gov.br](mailto:cgpan@saude.gov.br)

Home page: <http://www.saude.gov.br/alimentacao>

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

---

Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas (32. : 2005 : Brasília, DF).

32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas (SCN/ONU) : de 14 a 18 de março de 2005: relatório final / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2005.

48 p. – (Série D. Reuniões e Conferências)

ISBN 85-334-1002-6

1. Programas e políticas de nutrição e alimentação. 2. Nações Unidas. I. Título. II. Série.

NLM WA 695

---

Catálogo na fonte – Editora MS – OS 2005/0897

*Titulos para indexação:*

Em inglês: 32<sup>nd</sup> Session of the Standing Committee on Nutrition of the United Nations Organization (SCN/ONU): March 14-18, 2005: final report

Em espanhol: 32ª Sección del Comité Permanente de Nutrición de la Organización de las Naciones Unidas (SCN/ONU): de 14 a 18 de marzo de 2005: informe final

EDITORA MS

Documentação e Informação

SIA, trecho 4, lotes 540/610

CEP: 71200-040, Brasília – DF

Tels.: (61) 3233-1774/2020

Fax: (61) 3233-9558

E-mail: [editora.ms@saude.gov.br](mailto:editora.ms@saude.gov.br)

Home page: <http://www.saude.gov.br/editora>

*Equipe Editorial:*

Normalização: Maria Resende

Revisão: Paulo Henrique de Castro

Capa, projeto gráfico e diagramação: Leandro Araújo

# SUMÁRIO

Lista de siglas . . . . .	4
1 Introdução .. . . .	5
2 O Debate Internacional e os Estudos de Caso Nacionais .. . . .	9
2.1 Balanço das Metas de Desenvolvimento do Milênio .. . . .	9
2.2 Os Estudos de Caso Nacionais .. . . .	10
2.2.1 Avanços e Potencialidades .. . . .	12
2.2.2 Desafios e Proposições . . . . .	13
3 Programação Nacional .. . . .	15
3.1 Oficina de Sensibilização em Direito Humano à Alimentação Adequada .. . . .	15
3.2 Oficinas Temáticas .. . . .	17
3.2.1 Objetivos das Oficinas Temáticas .. . . .	18
3.2.2 Análise dos Temas sob a Ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada, no que se Refere à Promoção, à Proteção e à Garantia desse Direito .. . . .	21
3.2.3 Principais Avanços Ressaltados nas Oficinas .. . . .	24
3.2.4 Principais Desafios Ressaltados nas Oficinas .. . . .	26
3.2.5 Proposições . . . . .	28
3.2.5.1 Proposições Gerais . . . . .	28
3.2.5.2 Moções . . . . .	30
3.2.5.3 Propostas Específicas .. . . .	30
4 Encaminhamentos no Plano Internacional .. . . .	44
5 Considerações Finais .. . . .	45

# LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASA	Articulação do Semi Árido
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGPAN	Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição
CGSA	Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional
COEP	Comitê das Empresas Públicas no Combate à Fome e pela Vida
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DSEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
ECN	Estudo de Caso Nacional
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPRI	<i>International Food Policy Research Institute</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDM	Metas de Desenvolvimento do Milênio
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PRDC	Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão
PSF	Programa Saúde da Família
RESAB	Rede de Educação para o Semi-Árido Brasileiro
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCN/ONU	Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas
SCTIS	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

# 1 INTRODUÇÃO

Entre os dias 14 e 18 de março de 2005, o Brasil sediou, em Brasília, a 32ª Sessão Anual do Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas (*Standing Committee on Nutrition – SCN/ONU*), ratificando decisão deliberada na 31ª Sessão, realizada em New York (USA), em março de 2004. A participação de representantes da delegação brasileira no encontro de 2004 reforçou a proposta de candidatura do Brasil para sediar a sessão subsequente do comitê e proporcionou maior articulação internacional, já fortalecida pela atuação destacada do País na área de alimentação e nutrição. Dessa forma, ao sediar a 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição, o governo brasileiro reafirmou o potencial do evento, bem como do próprio processo preparatório, em favorecer os propósitos de garantir o exercício do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e integrar o tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas propostas de desenvolvimento nacional.

Criado em 1973 e composto por 16 agências das Nações Unidas, por representantes de governos e organizações da sociedade civil, o Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas tem como objetivos: (1) sensibilizar a comunidade internacional e os governos sobre os problemas nutricionais, mobilizando esforços para resolvê-los em níveis internacional, nacional e regional; (2) aumentar a compreensão e a preocupação sobre os problemas de nutrição nos âmbitos global, regional e nacional; (3) promover o combate à má nutrição no mundo, fortalecendo as ações de alimentação e nutrição; e (4) promover a cooperação entre as agências das Nações Unidas e organizações parceiras. Na atual conjuntura, o SCN vem construindo estratégias voltadas para favorecer, facilitar e auxiliar os países a desencadear um processo interno de integração da Nutrição e dos

Direitos Humanos nas políticas e nos programas nacionais, de forma a garantir a realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM), sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

As *Metas de Desenvolvimento do Milênio*, referenciadas para o ano de 2015, foram definidas pela ONU em 2000 e consistem em:

1. Erradicar a pobreza e a extrema fome.
2. Alcançar a educação primária universal.
3. Promover equidade de gêneros e dar maior poder às mulheres.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde materna.
6. Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças.
7. Garantir a sustentabilidade do ambiente.
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

A *abordagem de direitos humanos* incorpora a esse processo um olhar diferenciado para diversas dimensões das políticas públicas que devem ser obrigatoriamente garantidas, tais como: (1) promoção da dignidade humana; (2) redução das múltiplas desigualdades existentes, como de raça/etnia, do urbano/rural, de gênero, econômica e social; (3) implantação de políticas de afirmação/inclusão; (4) instituição de mecanismos de informação e formação sobre esse tema e de impetração de recursos e investigação de denúncias no caso de violações de direitos humanos.

Com base nesses pressupostos, em consonância com a estratégia de estimular os países a incorporar as prioridades alimentares e nutricionais em suas políticas públicas, a 32ª Sessão teve o objetivo de avaliar experiências e lições aprendidas em diferentes contextos nacionais. Como parte do processo preparatório, foram realizados estu-

dos de caso de quatro países (Brasil, Angola, Bolívia e Moçambique), que analisaram a inserção dos componentes de alimentação e nutrição nos respectivos planos nacionais de desenvolvimento e combate à pobreza. Dessa forma, foi possível destacar o potencial das ações de nutrição no alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio, identificando, em cada contexto, os limites e as potencialidades, as lacunas e as dificuldades do processo, sob a ótica da garantia do DHAA.

Além do objetivo analítico, com vistas à construção de novos caminhos e estratégias de ação, a realização dos estudos de caso também contribuiu para o aprimoramento das habilidades de planejamento e gestão das equipes técnicas nacionais, que tiveram oportunidade de trocar experiências com as equipes dos demais países e entre si.

Cada estudo de caso nacional resultou em um relatório final, que foi apresentado na 32ª Sessão, destacando as iniciativas bem-sucedidas, as lições aprendidas, identificando fragilidades e lacunas e apontando recomendações de caminhos para superação desses limites.

No intuito de contribuir para a formação das equipes profissionais que atuam no campo da alimentação e nutrição no Brasil, a 32ª Sessão foi organizada de modo a contemplar não só espaços de debates mais amplos sobre o tema no plano internacional, mas fóruns específicos de discussão sobre a realidade nacional. Dessa forma, além de uma programação ampliada comum, foram realizadas atividades (oficinas e grupos de trabalho) que abordaram temáticas afeitas ao SCN no plano internacional e outras voltadas para análises de questões específicas do contexto brasileiro. Este espaço nacional de formação contou com a participação de um contingente expressivo de profissionais que atuam na área de alimentação e nutrição em diferentes estados e municípios do País, além de representantes dos ministérios e das agências locais do sistema das Nações Unidas (em torno de 700 brasileiros). Nesse exercício coletivo de construção, foram consideradas as sinergias entre a alimentação, a nutrição e o alcance das

MDM nos programas nacionais, além de questões sobre a garantia do DHAA, incluindo as Diretrizes Voluntárias para apoiar a realização progressiva desse direito no País. As principais questões abordadas nesses fóruns são apresentadas de forma sintética neste relatório.



## 2 O DEBATE INTERNACIONAL E OS ESTUDOS DE CASO NACIONAIS

Durante o primeiro dia de realização do evento, as questões tratadas no fórum internacional mais amplo contemplaram: (a) a visão do SCN sobre a importância da garantia do direito à alimentação adequada para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio; (b) uma análise do cumprimento dessas metas no plano internacional e do papel das agências de cooperação técnica nesse processo; e (c) uma análise das Diretrizes Voluntárias sobre o DHAA como ferramenta importante para a realização das MDM e para a realização progressiva desse direito<sup>1</sup>. Além disso, na primeira etapa do evento foram apresentados os principais resultados dos quatro estudos de caso, sintetizados em documento específico produzido pelo SCN, que desenvolve uma análise comparativa das conclusões construídas em cada contexto nacional (Brasil, Bolívia, Angola e Moçambique)<sup>2</sup>.

### 2.1 Balanço das Metas de Desenvolvimento do Milênio

O SCN destacou os limites que vêm sendo enfrentados no plano internacional para o cumprimento das MDM, como a insuficiência dos recursos destinados ao combate à fome e à desnutrição, que inviabiliza o alcance da meta e compromete o alcance das demais. Segundo o SCN, as ações de combate à pobreza têm apresentado resultados positivos, e a projeção indica que os níveis de pobreza cairão para 12,5% em 2015, menos da metade do que há 15 anos. Quanto à fome, o ritmo tem sido menos intenso, apesar de a produção mun-

<sup>1</sup> Para conhecer as diretrizes voluntárias para o DHAA, acesse: <<https://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/diretrizesvoluntarias.pdf>>

<sup>2</sup> Para obter a descrição dos resultados dos diferentes estudos de caso, acesse o documento produzido pelo SCN ou acesse o *site*: [www.saude.gov.br/nutricao](http://www.saude.gov.br/nutricao).

dial de alimentos ter-se triplicado nos últimos 5 anos. Em 10 anos, os países da Ásia, da África Subsaariana, da América Latina e do Caribe, por exemplo, reduziram, em média, em cerca de três pontos percentuais o número total da população que passa fome. No entanto, só na região africana, aproximadamente um terço da população ainda sofre de desnutrição, uma doença intimamente relacionada com a fome e a falta de acesso aos alimentos. No caso brasileiro, a redução expressiva do percentual de desnutrição em crianças e adultos foi destacada no Estudo de Caso Nacional como um avanço importante no quadro nutricional da população. No entanto, tal fato não resultou na melhoria de seu estado nutricional, como um todo, nem das condições mais amplas de segurança alimentar e nutricional no País. Isso considerando-se o contingente expressivo da população que tem comprometido seu acesso à alimentação adequada, além de problemas no sistema produtivo, na qualidade sanitária e nutricional, bem como no acesso à água e aos bens e serviços públicos essenciais. Dessa forma, vêm se colocando como desafios que devem ser enfrentados no País as situações de privação alimentar e os problemas de carências de micronutrientes, além da prevalência crescente da obesidade, inclusive nos segmentos de mais baixa renda.

Como parte do balanço analítico sobre o cumprimento das MDM, destacou-se que as principais intenções das agências de cooperação técnica internacional nesse processo, como a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), são criar um compromisso político e reforçar a responsabilidade dos governos nacionais.

## **2.2 Os Estudos de Caso Nacionais**

Os países que realizaram os estudos de caso reconheceram a riqueza desse processo, considerando que provocou e possibilitou troca de conhecimentos entre diferentes segmentos envolvidos na área de alimentação e nutrição, além de maior visibilidade das ações. Os esforços de sensibilização e formação em torno da temática do DHAA foram também destacados como um fator positivo. Iniciativas

desse tipo assumem ainda maior relevância diante da fragilidade da noção de direito que vigora em tais contextos, em que há uma disseminação de valores e práticas que contribuem para reforçar as desigualdades e os diferentes tipos de violações. O tempo insuficiente para explorar mais o processo de discussão foi destacado como fator limitante, além das dificuldades para que todos os setores envolvidos participassem efetivamente da elaboração dos estudos de caso. Tal fato teve especial importância no caso brasileiro, considerando inclusive a dimensão da análise frente ao número expressivo de setores e programas que vêm desenvolvendo ações de alimentação e nutrição. Como consequência, não foi possível contemplar o conjunto de informações referentes aos programas em toda sua amplitude, fato que definiu as possibilidades de análise.

Ainda na fase inicial do evento, o Brasil apresentou os princípios norteadores e as ações que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Programa Fome Zero, concebido pelo atual governo como uma política pública que visa à erradicação da fome e da exclusão social. Tal iniciativa vem tendo repercussão importante no cenário internacional, como experiência de abordagem da temática alimentar e nutricional num contexto em que o combate à fome foi eleito como prioridade política pelo Governo Federal. Ainda que sejam reconhecidos os desafios e as necessidades de avanços, o SCN destacou o Programa Fome Zero como experiência que pode inspirar iniciativas similares em outros contextos. Além disso, ressaltou a importância do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que – por sua composição multissetorial, incluindo representantes de diferentes setores de governo e da sociedade civil – constitui espaço de formulação de propostas que articulem as políticas e os programas de alimentação e nutrição. Tal pressuposto de um planejamento integrado é fundamental tanto para o exercício do direito à alimentação adequada quanto para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Por outro lado, a carência de dados atualizados sobre o perfil alimentar e nutricional da população brasileira foi um fator limitante apontado pelo SCN.

Em resumo, foram destacados no Estudo de Caso Brasileiro os seguintes pontos como avanços e desafios no contexto das políticas públicas na área de alimentação e nutrição:

### 2.2.1 Avanços e Potencialidades

- » O Estado brasileiro reconhece o Direito Humano à Alimentação Adequada ao pactuar e ser signatário de diversas legislações que regem o tema nos âmbitos internacional e nacional. O atual governo vem conferindo destaque ao tema da alimentação e nutrição no conjunto de suas prioridades, e o escopo de ações relacionadas com o tema é extremamente significativo, compondo 81 programas do Governo Federal situados em 23 Ministérios.
- » O País dispõe de múltiplas instituições voltadas para a formulação e a implementação de programas e ações na área de alimentação e nutrição.
- » Os conselhos relacionados à área de alimentação e nutrição, especialmente o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além dos demais existentes nos níveis estaduais e municipais, representam um avanço importante na possibilidade de exercício do controle social, uma vez que se constituem em espaços potenciais de formulação pactuada de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
- » Identificou-se uma tendência positiva em relação a alguns indicadores relacionados especificamente à nutrição, tais como os distúrbios por carência de iodo, que apresentaram grande redução nas últimas décadas. Tal avanço pode ser relacionado ao sucesso de medidas, como a iodatação do sal para consumo humano.

### 2.2.2 Desafios e Proposições

- » Permanecem no País desigualdades importantes em termos de prevalência de agravos nutricionais entre as regiões, os grupos étnicos, os gêneros, os estratos de renda e entre as áreas urbanas e rurais, bem como de acesso a bens e serviços públicos.
- » Além disso, a informação é ainda mais precária no que se refere a dados de populações específicas como as indígenas, os quilombolas, a população de rua, assentamentos e acampamentos rurais. Dessa forma, destacou-se a necessidade de atualização das informações referentes à situação alimentar e nutricional da população brasileira, especialmente para tais segmentos.
- » Apesar da existência de bases legais e institucionais para a garantia do DHAA (sem desconsiderar todas as lacunas citadas), em diversas situações não se garante o seu cumprimento. Isso se deve, em parte, pela fragilidade na definição de papéis dos diferentes atores sociais, setores e níveis de governo (federal, estadual e municipal), bem como nos mecanismos e processos de responsabilização dos mesmos em casos de violação desse direito. Portanto, ressaltou-se a necessidade de se consolidar e fortalecer os mecanismos de responsabilização bem como de controle social, uma vez que também foram identificadas falhas nessas esferas. Dessa forma, foram propostas estratégias para o fortalecimento dos diferentes conselhos que atuam em tal área, incluindo a formação continuada dos conselheiros sobre os temas relacionados ao DHAA e à SAN.
- » Apesar da existência de algumas ações pontuais voltadas para tais grupos, políticas públicas mais amplas destinadas às populações vulneráveis carecem de ser formuladas. Uma

questão agravante é o fato de que o planejamento das intervenções não contempla a participação das comunidades.

- » Foram identificadas diversas fragilidades na infra-estrutura de gestão (insuficiência de recursos, equipamentos, pessoal, entre outros) e nos mecanismos de coordenação e monitoramento dos programas, tendo sido propostas, ao longo do processo de elaboração do Estudo de Caso, várias estratégias de integração entre as instâncias gestoras dos programas nos diferentes setores e níveis de governo.

## 3 PROGRAMAÇÃO NACIONAL

A programação nacional consistiu no desenvolvimento de uma grande oficina, com todos os participantes do evento, destinada à sensibilização sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada. Posteriormente, foram realizadas oficinas temáticas voltadas para aprofundar o debate em torno de assuntos específicos.

### 3.1 Oficina de Sensibilização em Direito Humano à Alimentação Adequada

A Oficina de Sensibilização em Direito Humano à Alimentação Adequada objetivou aprofundar a discussão conceitual em torno do tema, incluindo: (1) a legislação existente (como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; o Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966; e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989); (2) a institucionalidade construída nesse campo (rede institucional que atua nos âmbitos da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada, tais como os conselhos de controle social, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, entre outros); e (3) uma análise desenvolvida em trabalhos de grupo destinada à identificação das principais violações do Direito Humano à Alimentação Adequada no País.

Na abordagem desses temas, foram tratadas questões essenciais para o monitoramento das ações destinadas à garantia do DHAA, tais como a identificação do(s) titular(es) desse direito, do(s) responsável(is) pelo cumprimento das obrigações, e as responsabilidades dos diferentes atores envolvidos, dos níveis de governo (municipal, estadual, federal), das organizações da sociedade civil, dos

movimentos sociais ou dos indivíduos. De igual modo, foram discutidas as formas de o Estado *respeitar, proteger, promover* (facilitar) e *garantir* o DHAA, provendo as condições dos indivíduos e dos grupos de produção ou aquisição para o auto-consumo (acesso à terra, ao emprego e à renda).

Resumidamente, essas dimensões podem ser compreendidas da seguinte forma:

**Respeitar** – As ações e as políticas públicas devem respeitar a capacidade dos indivíduos, das famílias e dos grupos de produzir e/ou adquirir sua própria alimentação e, quando isso não for feito, de compensar adequadamente tais capacidades. (Ex.: respeitar o acesso à terra, a manutenção e a geração de empregos, o poder de compra, a qualidade de vida, etc.).

**Proteger** – As ações e as políticas públicas devem proteger a capacidade dos indivíduos, das famílias e dos grupos de produzir e/ou adquirir sua própria alimentação contra a ação de terceiros. (Ex.: instrumentos de proteção ambiental do solo, dos rios e dos mares; controle de qualidade dos alimentos; proteção contra a propaganda enganosa de alimentos, entre outros).

**Promover** – O Estado deve promover a capacidade dos indivíduos, das famílias e dos grupos de produzir e/ou adquirir sua própria alimentação. (Ex.: elaborar uma estratégia nacional de realização do direito, com metas, prazos e recursos alocados, incluindo políticas de reforma agrária, apoio à agricultura familiar, microcrédito, apoio à pequena empresa, cooperativismo, educação alimentar, atenção ao pré-natal, atenção ao crescimento e ao desenvolvimento, promoção da alimentação saudável, programas de reabilitação nutricional e combate à fome, etc.).

**Garantir** – Em situações de emergência ou carência decorrentes de desastres naturais, de conflitos ou de privação crônica, o Estado, com o apoio da sociedade, deve realizar o direito desses grupos,



mediante o aporte de recursos financeiros e/ou alimentares, e – de forma articulada – propiciar o mais rápido possível a introdução de mecanismos que garantam a recuperação da capacidade de que famílias e/ou comunidades se alimentem adequadamente.

A realização da oficina foi considerada extremamente produtiva pelos participantes, tendo como conseqüências a sensibilização e o estímulo ao debate, bem como a reflexão sobre os programas a partir da ótica dos direitos, dos deveres e das responsabilidades no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional.

### **3.2 Oficinas Temáticas**

Além da oficina de sensibilização sobre o DHAA, foram também realizadas oficinas e reuniões de grupos de trabalho sobre os seguintes temas:

- » Aleitamento Materno e Alimentação Complementar para a Saúde Integral de Crianças Menores de Dois Anos.
- » Alimentação Saudável como Direito do Escolar.
- » Avaliação de Impacto do Programa de Transferência de Renda.
- » A Implementação da “Estratégia Global de Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde” no Contexto Brasileiro.
- » Ciência, Tecnologia e Inovação em Alimentação e Nutrição.
- » Nutrição e HIV/Aids.
- » Rotulagem de Alimentos na Perspectiva do Direito ao Consumo Seguro e Saudável.
- » Segurança Alimentar e Nutricional: Alimentação Saudável, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.
- » O Semi-Árido Brasileiro e a Segurança Alimentar e Nutricional.
- » Programa Fome Zero.

## **A) NUTRIÇÃO E POPULAÇÕES ESPECÍFICAS.**

A síntese dos resultados das oficinas e dos grupos de trabalho será apresentada a partir dos seguintes eixos:

1. objetivos das oficinas;
2. análise dos temas abordados nas oficinas sob a ótica do DHAA, no que se refere à promoção, à proteção e à garantia desse direito;
3. principais avanços ressaltados nas oficinas;
4. principais desafios ressaltados nas oficinas; e
5. proposições.

### **3.2.1 Objetivos das Oficinas Temáticas**

As oficinas temáticas tiveram os seguintes objetivos:

## **B) ALEITAMENTO MATERNO E ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA A SAÚDE INTEGRAL DE CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS**

Discutir as ações de amamentação e alimentação complementar nos três eixos – proteção, promoção e apoio – mediante sistemas de atenção à saúde, por meio das comunidades e das parcerias institucionais.

## **C) ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL COMO DIREITO DO ESCOLAR**

Discutir diferentes formas de promoção da alimentação saudável na escola sob a ótica do DHAA, incluindo: (1) a escola como instituição promotora de saúde e espaço que contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis; (2) a alimentação e a nutrição escolares como ação pedagógica, considerando as múltiplas possibilidades de ações educativas nos vários espaços da escola; (3) as relações entre educação nutricional e controle de qualidade, educação nutricional e estratégias de oferta de alimentação saudável nas cantinas e

nos espaços de refeição escolar; (4) uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar e das formas de controle operacional; (5) a experiência de implantação de ações de promoção à saúde a partir do programa de alimentação escolar no município do Rio de Janeiro; (6) bem como o resultado do estudo de caso realizado nas escolas de Aracaju (SE) em 2001.

#### **D) AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

Apresentar e difundir a metodologia e os resultados encontrados na avaliação do Programa Bolsa-Alimentação (2001–2004), bem como tornar disponíveis os aspectos técnicos do processo, incluindo: (1) a metodologia adotada pelo *International Food Policy Research Institute* (IFPRI) para a avaliação de impacto de programas sociais; (2) os resultados da avaliação de impacto e dos custos do Programa Bolsa-Alimentação; e (3) os resultados preliminares da avaliação de impacto epidemiológico e social – realizada em municípios baianos pela Universidade Federal da Bahia – do Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à Saúde (aos Programas Bolsa-Alimentação e Bolsa Família).

#### **E) A IMPLEMENTAÇÃO DA “ESTRATÉGIA GLOBAL DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE” NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Discutir programas, ações e processos destinados a implementar a Estratégia Global de Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, considerando os perfis alimentar e nutricional da população brasileira e as relações entre a atividade física e as doenças crônicas não-transmissíveis.

#### **F) CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**

Apresentar e difundir as principais ações que vêm sendo desenvolvidas no campo da Ciência e Tecnologia em interface com a Segurança Alimentar, como as realizadas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão

Social (Secis) e da Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional (CGSA), além de parcerias potenciais com estados, municípios e organizações da sociedade civil.

#### **G) NUTRIÇÃO E HIV/AIDS**

Discutir questões relacionadas com a nutrição em pessoas portadoras do vírus HIV/aids, incluindo o atendimento por meio da rede de saúde, as terapêuticas desenvolvidas, os parâmetros para o cuidado nutricional, os problemas nutricionais mais recorrentes e o potencial da alimentação no processo terapêutico.

#### **H) ROTULAGEM DE ALIMENTOS NA PERSPECTIVA DO DIREITO AO CONSUMO SEGURO E SAUDÁVEL**

Identificar e analisar os aspectos intersetoriais da legislação sobre alimentos, enumerando propostas voltadas a potencializar as informações contidas nos rótulos dos alimentos para, com isso, o consumidor obter um entendimento mais adequado.

#### **I) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Construir matriz programática de ações, programas públicos e intersetoriais voltados para a promoção da alimentação saudável sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional. As ações e os programas que contemplam de forma integrada essas duas dimensões, constituindo seus objetivos específicos, são:

- » o estímulo à produção agroalimentar de base familiar e aos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo;
- » a promoção da agrobiodiversidade e o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento sustentável; e
- » o incentivo à educação alimentar e nutricional e ao consumo sustentável, valorizando hábitos culturalmente referenciados.

## **J) O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Apresentar e analisar a situação de saúde e de nutrição da população residente no semi-árido, bem como os determinantes e as ações que vêm sendo desenvolvidas na região.

## **K) PROGRAMA FOME ZERO**

Apresentar as principais ações que compõem a estratégia do Programa Fome Zero, considerando as situações socioeconômicas, alimentares e nutricionais da população brasileira e as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo governo e pela sociedade civil.

## **L) NUTRIÇÃO E POPULAÇÕES ESPECÍFICAS**

Discutir ações em alimentação e nutrição para populações específicas; apresentar aos participantes proposta de vigilância nutricional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa); esclarecer os profissionais quanto às ações do MDS para o combate à fome nas populações específicas; apresentar aos participantes as propostas da Carteira Indígena, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e do Projeto Krahô, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); discutir as propostas apresentadas pelos órgãos governamentais e definir outras propostas, inclusive para populações afrodescendentes, conforme as apresentações feitas e as experiências da Funasa para as populações indígenas.

### **3.2.2 Análise dos Temas sob a Ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada, no que se Refere à Promoção, à Proteção e à Garantia desse Direito**

Considerando que um dos objetivos da 32ª Sessão foi auxiliar os países a desencadear um processo interno de integração da Nutrição e dos Direitos Humanos nas políticas e nos programas nacionais, cabe destacar como os temas trabalhados nas oficinas se situam nas dimensões de respeito, proteção, promoção e garantia do DHAA.

Ações de promoção ao DHAA que vêm sendo desenvolvidas no País e foram destacadas pelas oficinas temáticas:

- » Política de Promoção ao Aleitamento Materno Exclusivo.
- » Semana Nacional da Amamentação.
- » Semana de Alimentação do Escolar.
- » Estratégias educativas em alimentação e nutrição.
- » Estratégias de gastronomia saudável em restaurantes, oficinas culinárias, e resgate da culinária na promoção da alimentação saudável.
- » Estímulo ao consumo de frutas, legumes e verduras.
- » Estímulo à produção agroalimentar de base familiar e aos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo mediante incentivos em termos de recursos, escoamento da produção e apoio técnico.
- » Promoção da agrobiodiversidade e fortalecimento das estratégias de desenvolvimento sustentável.
- » Valorização de hábitos alimentares culturalmente referenciados.
- » Programa de Alimentação como forma de promover e proteger a saúde do trabalhador.
- » Produção de material educativo, direcionado ao trabalhador, com conteúdos da alimentação saudável, que deve ser distribuído pelas empresas.
- » Produção de material com receitas saudáveis, a partir dos alimentos contidos nas cestas básicas, que deve ser distribuído diretamente ao público atendido por esse tipo de programa.
- » Acordo com bibliotecas e emissoras de rádio para veiculação de informações aos agricultores familiares.

- » Rede de Educação para o Semi-Árido Brasileiro (Resab), que constitui um espaço de articulação política regional da sociedade organizada, congregando educadores(as) e instituições governamentais e não-governamentais que atuam na área de educação no semi-árido brasileiro. A rede tem como objetivo elaborar propostas de políticas públicas no campo educacional e desenvolver ações que possam contribuir com a melhoria da qualidade do ensino e do sistema educacional público do semi-árido.
- » O Pacto Nacional "Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido" (2005) e o Pacto dos Governadores (2004), que consistem num conjunto de medidas pactuadas por gestores para a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes residentes no semi-árido brasileiro.

#### **Ações de proteção e apoio ao DHAA:**

- » Vigilância Alimentar e Nutricional, incluindo os esforços no sentido de implementar um sistema voltado para a população indígena.
- » Projetos de produção de conhecimento e disseminação de informações sobre alimentação e nutrição.
- » Regulamentação da alimentação oferecida nas escolas, incluindo nas cantinas.
- » Ações de Vigilância Sanitária de alimentos.
- » Rotulagem nutricional para garantir o direito à informação correta e clara, como aspecto fundamental para a conquista e a garantia do direito do consumidor, a opção de escolha de alimentos mais saudáveis e a garantia do alimento seguro por meio da rastreabilidade.
- » Ações de proteção e defesa do consumidor desenvolvidas pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (Ministério da Justiça), tais como o Código de Proteção e

Defesa do Consumidor e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

- » Iniciativas voltadas para garantir a disponibilização obrigatória de informações nutricionais dos alimentos comercializados como *fast foods*, em tabela legível baseada na legislação vigente.
- » Projetos de extensão e disponibilização de tecnologias sociais que objetivem garantir a produção, o acesso e a sustentabilidade alimentar de grupos populacionais expostos ao risco de insegurança alimentar e nutricional.
- » Preservação de recursos genéticos e da biodiversidade.
- » Resgate, valorização e implementação da cadeia produtiva de alimentos utilizando-se a biodiversidade dos frutos tradicionais.
- » Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.
- » Ações de disseminação de tecnologia agrícola para os agricultores familiares.

#### **Ações voltadas para prover e garantir o DHAA:**

- » Programas de transferência de renda.
- » Programas de distribuição de alimentos.
- » Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.
- » Projeto de construção de cisternas na região do semi-árido.

#### **3.2.3 Principais Avanços Ressaltados nas Oficinas**

- » Aumento do repasse federal *per capita* para alimentação escolar.
- » Equiparação do repasse de recursos *per capita* para alimentação na pré-escola com o do ensino fundamental.



- » Expansão de um atendimento diferenciado do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) *per capita* para alunos indígenas.
- » Realização da avaliação de impacto, processo e custo do Programa Bolsa-Alimentação desde o início de sua implantação, uma iniciativa rara no País, que se tornou referência tanto nacional quanto internacionalmente.
- » Realização de estudos avaliativos do Programa Bolsa-Alimentação, cuja análise parcial vem indicando: (1) destinação principal da renda transferida para compra de alimentos; (2) insuficiência de ações integradas com outros programas da área de alimentação e nutrição (suplemento de vitamina A); (3) necessidade de continuidade de programas de transferência de renda; (4) relevância da implementação de um sistema de monitoramento, avaliação e auditoria do programa; e (5) importância de estudos e pesquisas sobre o impacto do programa em diferentes contextos de implementação.
- » Direcionamento de recursos para investimentos em ciência e tecnologia relacionadas ao tema da segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de expandir a produção do conhecimento básico e aplicado sobre alimentação e nutrição.
- » Existência de experiências bem-sucedidas de convivência com o semi-árido, como as desenvolvidas pela Diaconia, instituição que trabalha com o manejo da água sob a ótica dos Direitos Humanos. Entre tais experiências, podemos destacar a construção de barragens, cacimbões, cisternas e métodos de irrigação em áreas do semi-árido, além do uso de biofertilizantes na agricultura. A produção orgânica e sua comercialização em feiras têm sido uma experiência exitosa, assim como a pesquisa da potabilidade da

água em pequenas comunidades. Destacou-se o fato de que organizações da sociedade civil vêm implementando práticas de desenvolvimento integrado e sustentável na região por meio da agricultura e de cisternas familiares, barragens subterrâneas, fundos de pasto e apicultura, na busca de segurança alimentar e nutricional, bem como melhor qualidade de vida.

### 3.2.4 Principais Desafios Ressaltados nas Oficinas

- » Dificuldades enfrentadas pelo agricultor para comercializar seus produtos dentro do mercado institucional.
- » Percentual expressivo de indivíduos que vivem no País em situação de insegurança alimentar devido à falta de acesso à água potável.
- » Gravidade da situação de insegurança alimentar em que vivem todas as comunidades indígenas.
- » Fragilidades ainda identificadas nas parcerias entre os setores da Saúde e da Educação na implementação de ações voltadas para a alimentação saudável na escola em alguns municípios do País.
- » Dificuldades em envolver toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários) nas atividades relacionadas à alimentação.
- » Necessidade de fortalecimento do controle social sobre programas e ações.
- » Possibilidade de retrocesso na área de pesquisa devido à previsão de não contratação de novos pesquisadores em substituição àqueles que terão seus contratos finalizados por conta de aposentadorias.

- » Dificuldades de acesso da população de mais baixa renda às redes de saúde que dispõem dos serviços de testes para detecção do vírus HIV, sendo, portanto, necessário ampliar esse serviço aos postos de saúde e a outras instituições hospitalares.
- » Falta de estudos brasileiros quanto à biodisponibilidade de nutrientes nos alimentos produzidos no País, o que dificulta a quantificação e a qualificação segura dos alimentos recomendados aos pacientes com aids.
- » Um percentual importante da população tem dificuldade de entender as informações disponibilizadas nos rótulos dos alimentos.
- » O trabalho realizado nas unidades de alimentação e nutrição (preparo de alimentos) revela que as preparações geralmente são hiperlipídicas e com baixa qualidade nutricional. Além disso, não há disponibilização sobre as informações nutricionais, e o desperdício verificado é muito alto. Há que se considerar que preparações tidas como regionais perderam muito da sua qualidade pela incorporação de outros padrões alimentares; um exemplo é o “baião-de-dois”, que, hoje em dia, é preparado com excesso de óleo de soja e com inclusão de outros itens, como toucinho defumado.
- » O padrão alimentar do brasileiro foi modificado, e a relação com o alimento tornou-se mercantilizada, ou seja, a tradição cultural da alimentação vem sendo desvalorizada. Além disso, a identidade gastronômica no Brasil está sendo perdida e deve ser recuperada.
- » Há uma tendência em reduzir a questão do alimento ao aspecto puramente econômico, desvinculando-o de seus aspectos político, cultural e social.

- » Carência de dados no Brasil sobre resultados de ações de educação alimentar e nutricional nas escolas.
- » Carência de estudos de avaliação do consumo alimentar direto.
- » Baixa cobertura da assistência pré-natal, principalmente em regiões como o semi-árido.
- » No semi-árido, principalmente na área rural, identifica-se uma situação precária de alimentação da população de mais baixa renda, evidenciada por uma ligação com a falta de terra em quantidade e qualidade adequadas, bem como falta de conhecimento das práticas apropriadas para o semi-árido. A zona semi-árida do Nordeste constitui a mais extensa área de pobreza das Américas, apresentando um índice de condições de vida (ICV) que varia de 0,33 a 0,68, enquanto o ICV médio do Brasil alcança 0,81. Além disso, é alta a prevalência de hipovitaminose A, anemia e desnutrição.
- » Fragilidade das políticas públicas no semi-árido.

### 3.2.5 Proposições

#### 3.2.5.1 Proposições Gerais

##### Relacionadas à SAN, ao DHAA e às MDM

- » Garantir que todas as políticas de segurança alimentar e nutricional incorporem a perspectiva dos Direitos Humanos, em especial o Direito Humano à Alimentação Adequada.
- » Tratar a segurança alimentar e nutricional como princípio orientador de políticas públicas.
- » Constituir grupos intersetoriais nas três esferas de governo, com vistas a otimizar as políticas de SAN.

- » Promover capacitação em segurança alimentar e nutricional, objetivando:
  - mudar a metodologia de ensino nos programas de formação, dando ênfase ao planejamento participativo; e
  - desconstruir a idéia do alimento apenas como mercadoria nos centros de formação de alguns profissionais, como engenheiros de alimentos e profissionais afins.
- » Fortalecer a inter-relação entre os programas da atenção básica à saúde com ações de segurança alimentar e nutricional.
- » Estabelecer distinção entre os conceitos de fome e de insegurança alimentar e nutricional, considerando os aspectos culturais da SAN.
- » Promover o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio dentro da área de competência de cada esfera do governo.

#### **Relacionadas às instituições que atuam na área de Alimentação e Nutrição**

- » Dar continuidade ao processo de avaliação de programas e ações de alimentação e nutrição no País, ampliando-o.
- » Articular, disponibilizar, estruturar e qualificar os conselhos e outros órgãos de controle social como medida de fiscalização e busca de soluções conjuntas.
- » Denunciar aos órgãos competentes, como o Ministério Público Federal e outros, os estados e municípios que não cumprirem as recomendações legais, reforçando a necessidade da contrapartida financeira.
- » Desenvolver um protocolo oficial de conceituação acerca dos temas "alimento seguro" e "segurança alimentar e nutricional", criando mecanismos de como garantir alimentos seguros.

- » Discutir com as universidades a reestruturação de seus conteúdos programáticos, mediante os enfoques da alimentação saudável e da alimentação como direito, dentro do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).
- » Incentivar a aproximação entre o Governo Federal e as universidades, considerando a importância da utilização da metodologia de experiências exitosas no campo da nutrição, a fim de que sejam expandidas em âmbito nacional com o incentivo do Governo Federal.
- » Utilizar e disseminar entre os diferentes atores que trabalham na área de Alimentação e Nutrição as experiências e as proposições exitosas que vêm sendo realizadas pelas instituições governamentais e por organizações sociais.
- » Realizar estudos sobre o consumo alimentar da população brasileira e aprofundar conhecimentos a seu respeito por meio de pesquisas sobre o consumo e sobre os hábitos regionais.
- » Estimular sempre nos cardápios o consumo de alimentos regionais.

#### 3.2.5.2 Moções

- » Foi apresentada uma Moção para Ratificação da Convenção “Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil”.

#### 3.2.5.3 Propostas Específicas

##### **A) EM RELAÇÃO AO ALEITAMENTO MATERNO E À ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS**

- » Viabilizar a implementação de uma política de apoio ao aleitamento materno exclusivo, para os dez primeiros dias de vida da criança, mediante: (1) as unidades básicas de saúde; (2) o Programa de Agentes Comunitários de Saúde

(Pacs) e o Programa Saúde da Família (PSF); (3) os bancos de leite humano; (4) a mobilização da comunidade, por meio da campanha: “Mãe amiga do aleitamento materno”; e (5) a unidade básica “Amiga da Amamentação”, por meio de parcerias com universidades, comunidades e organizações não-governamentais.

- » Realizar a Semana Nacional da Amamentação na primeira semana de agosto, quando é comemorada a Semana Mundial da Amamentação.
- » Utilizar o componente “aleitamento materno” como prevenção das doenças crônicas não-transmissíveis, inserido no enfoque da Estratégia Mundial para a Alimentação do Lactente e da Criança da Organização Mundial da Saúde (OMS).
- » Dar destaque, na pauta de discussão sobre a promoção da alimentação saudável e do Direito Humano à Alimentação Adequada, às Normas de Comercialização dos Alimentos Infantis, com apoio do Consea.
- » Promover estratégias de educação e comunicação para o incentivo ao aleitamento materno e à alimentação saudável voltadas para toda a população.
- » Realizar a vigilância nutricional e o incentivo ao aleitamento materno e à alimentação complementar voltados para populações específicas (indígenas, quilombolas, etc.).
- » Elaborar um protocolo de diagnóstico de emergências médicas relacionadas a questões alimentares (desnutrição severa, refluxos e alergias).
- » Promover a mobilização social na busca de soluções para o cumprimento do direito à amamentação das mulheres trabalhadoras, com ênfase para aquelas das empresas privadas e dos empregos não-formais.

- » Estabelecer a agenda de compromisso das três gestões governamentais (federal, estadual e municipal) para a qualificação do fluxo de informações institucionais sobre o aleitamento materno.
- » Elaborar material educativo que contemple os direitos da nutriz (direitos trabalhistas para a mulher trabalhadora) para as profissionais de saúde, as mães e os médicos de trabalho.
- » Realizar estudos nos estados e municípios sobre a abrangência e o uso do material "Guia Alimentar para Crianças Menores de Dois Anos", do Ministério da Saúde, já distribuído para estados e municípios.
- » Capacitar profissionais sobre o uso e o conteúdo de orientação alimentar, para menores de dois anos, recomendados pelo Ministério da Saúde (guia, álbum seriado, fôlder, etc.) e voltados para a atenção básica e a educação em creches e escolas.
- » Promover articulação inter-ministerial para garantir a coerência das ações relacionadas à promoção da alimentação saudável e do aleitamento materno.
- » Divulgar, para gestores e profissionais, o incentivo ao uso da Caderneta de Saúde da Criança e do Sisvan, como instrumentos importantes para o acompanhamento da saúde da criança.

**B) EM RELAÇÃO À PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL COMO DIREITO DO ESCOLAR**

- » Introduzir na grade curricular das escolas o conteúdo da Educação Alimentar Saudável, selecionando os pontos importantes para a construção de conhecimentos sobre a Educação Alimentar e Nutricional para as crianças.



- » Desenvolver estudos para a implantação de repasses *per capita* diferenciados, por região, para a clientela do Pnae.
- » Aumentar o número de conselheiros dos Conselhos de Alimentação Escolar que devam ser capacitados por ano.
- » Atender ao ensino médio com alimentação escolar.
- » Promover uma atuação mais efetiva do profissional nutricionista, como responsável técnico do Pnae.
- » Promover intercâmbios entre gestores e os Conselhos de Alimentação Escolar.

**C) EM RELAÇÃO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA ARTICULAÇÃO COM PROGRAMAS DE SAÚDE E OUTROS SETORES**

- » Capacitar os gestores do programa e os membros das comissões de controle social.
- » Levar a discussão do programa para as diferentes instâncias institucionais, considerando que há muitas dúvidas em torno dele.
- » Criar estratégias para incluir ações educativas sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada, a alimentação saudável no Pacs, no PSF e na atenção básica.
- » Trabalhar com base em uma perspectiva de intersetorialidade entre as Secretarias de Saúde, Assistência e Educação.
- » Informar a mídia com dados atualizados sobre os programas de alimentação e nutrição, para que esta não divulgue informações que confundam a população.
- » Fortalecer os agentes comunitários de saúde, considerando o excelente papel que estes desempenham como parceiros na promoção da alimentação saudável.
- » Aproveitar o material educativo que vem sendo produzido pelo Governo Federal, sobre o tema, para ser utilizado em

atividades de educação nutricional nas escolas, na rede de saúde e nas demais instituições.

- » Preparar documento para os segmentos atendidos pelo Programa Bolsa Família (PBF), numa linguagem acessível, de forma a promover os conhecimentos necessários ao melhor aproveitamento dos serviços recebidos.

#### **D) EM RELAÇÃO À ROTULAGEM DE ALIMENTOS E ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA**

- » Melhorar a articulação entre os órgãos regulamentadores e a sociedade civil, com ênfase para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e o Ministério da Agricultura.
- » Melhorar a divulgação e a importância das consultas públicas, com envio de informativos à sociedade civil organizada, sobre questões de rotulagem.
- » Identificar outros canais de divulgação que possibilitem a interlocução com a sociedade civil.
- » Incluir a questão da rotulagem como um dos integrantes da responsabilidade social das empresas.
- » A sociedade civil deve utilizar o rótulo como ferramenta para cobrar a responsabilidade social das empresas.
- » A preocupação com a saúde da população e a segurança do alimento (destacando-se a informação confiável e fidedigna do rótulo do alimento) é item a ser observado e considerado como de responsabilidade social da empresa.
- » Os órgãos regulatórios devem contribuir para que as empresas se conscientizem sobre sua responsabilidade social, considerando que a indústria de alimentos é uma indústria de produtos para a saúde.

- » A cidadania deve ser reforçada desde a educação infantil; por isso, deve-se incluir nos currículos escolares a educação nutricional, buscando-se o consumo seguro e saudável dos alimentos.
- » Ampliar a divulgação sobre as informações do rótulo e seu significado para a alimentação e a nutrição das pessoas.
- » Capacitar em rotulagem nutricional os agentes que participam do PSF e fazer sua divulgação por meio de cartilhas.
- » Implementar – nas visitas de fiscalização da vigilância sanitária às diversas instituições que oferecem refeições a pessoas e empresas – atividades de educação nutricional voltadas aos responsáveis pelo fornecimento do serviço de alimentação.
- » Orientar o poder público municipal a estabelecer normas sanitárias adequadas à realidade local, adaptando de forma segura as determinações da Anvisa e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).
- » Promover ações de vigilância e cuidado em toda a cadeia por onde o alimento passa, desde a produção de alimentos inócuos até o modo de preparo, uma vez que é importante o trabalho com as Unidades de Alimentação e Nutrição, pois a forma com que o alimento é preparado pode alterar seu valor nutricional.

#### **E) EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

- » Desenvolver ações de promoção do desenvolvimento local e o incentivo à agricultura familiar.
- » Criar um marco legal que garanta a compra de produtos da agricultura familiar e a adoção de mecanismos para

compras, mediante processos licitatórios, que permitam a efetiva participação da agricultura familiar no fornecimento ao mercado institucional.

- » Estimular e apoiar os sistemas produtivos orgânicos saudáveis e enfatizar a segurança do alimento com início na sua produção, com ênfase na produção orgânica, na produção não transgênica e nos alimentos livres de agrotóxicos.
- » Estimular a produção de legumes, frutas e verduras na agricultura familiar como meio de aumentar sua renda, bem como incentivar o consumo saudável.
- » Organizar, de maneira formal, os pequenos produtores para o fornecimento de alimentos segundo as normas institucionais.
- » Identificar as boas e exitosas práticas de produção, de forma que possibilitem a participação dos agricultores familiares com vistas ao desenvolvimento local.
- » Ter em vista a participação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) como fornecedora, ao mercado institucional, de produtos da agricultura familiar de locais onde os agricultores não tenham organização suficiente.
- » Listar e divulgar boas experiências que fortaleçam o desenvolvimento local, mediante o fornecimento de produtos da agricultura familiar ao mercado institucional, com elaboração de recomendações aos estados e municípios por parte dos ministérios.
- » Promover feiras e outros eventos em nível local que favoreçam a comercialização dos produtos da agricultura familiar.
- » Estimular a auto-suficiência dos estados na produção de alimentos.

- » Fortalecer o sistema e as ações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).
- » Garantir recursos orçamentários para o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

## **F) EM RELAÇÃO À PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**

### **Diretrizes gerais**

- » Considerar a dupla carga de doenças no Brasil (desnutrição e obesidade) e as doenças crônicas não transmissíveis.
- » Ampliar o consumo de frutas, legumes e verduras com ações diretas para bairros, distritos e localidades, observando aspectos como: preço acessível, estímulo à produção local com incentivo financeiro aos produtores, criação de embalagens que permitam o consumo imediato e ações voltadas para o estímulo ao turismo agrário.
- » Não focar o incentivo ao consumo apenas de frutas, legumes e verduras, mas também de alimentos com proteínas de alto valor biológico, uma vez que no País ainda é prevalente a desnutrição infantil, detectada principalmente pelos indicadores altura/idade e não pelos indicadores peso/idade ou peso/altura.
- » Promover mobilização social para formar uma rede integrada de troca de experiências bem-sucedidas.
- » Mudar o paradigma da produção de alimentos, destacando a importância da produção de alimentos seguros, livres de agrotóxicos, e observando os princípios da alimentação saudável, de forma a garantir a saúde da população, a produção de alimentos orgânicos e não transgênicos.
- » Na Região Norte do País, a prevalência de desnutrição e de carências específicas ainda é alta e, por isso, o incentivo

ao consumo e à produção de frutas, legumes e verduras regionais e locais deve ser voltado para essas carências, assim como para as pesquisas científicas sobre esse tema.

### Questões relacionadas às ações educativas

- » Promover ações de educação baseadas na linha pedagógica de Paulo Freire (1921–1997), que privilegia a autonomia do indivíduo; abordando a alimentação saudável sob uma perspectiva nova que considere inclusive a questão da felicidade, traduzindo os conceitos científicos para a população com base em sua realidade local. Experiências com projetos que trabalham com o protagonismo juvenil, de forma a estimular a criação e a autonomia dos indivíduos, culminam em bons resultados. Deve-se reforçar a importância da utilização do patrimônio local na busca de soluções para os problemas identificados pela própria comunidade e na busca de parcerias, de modos alternativos e de técnicas lúdicas de estimular a sociedade e influenciar positivamente os hábitos alimentares. De igual modo, é importante considerar que alimentação saudável extrapola a questão das classes sociais, uma vez que é uma questão transversal; portanto, a educação alimentar e nutricional não deve se voltar apenas às classes de renda mais baixa.
- » Apoiar o desenvolvimento de instrumentos educativos e campanhas sobre o DHAA que despertem o interesse social pelo tema.
- » Incluir na matriz da “Iniciativa Intersetorial de Incentivo ao Consumo de Alimentos Saudáveis” aspectos que tratem da segurança do alimento, das capacitações e do conceito de alimentação saudável.

### Questões relacionadas à publicidade

- » Incluir a divulgação da alimentação saudável nos meios de comunicação de massa.
- » Incluir a publicidade de alimentos nas esferas da Educação e do Direito.
- » Discutir as ações de regulamentação para a publicidade de alimentos e elaborar contra-propagandas para alimentos que são contrários à alimentação saudável.

### Questões relacionadas às instituições e aos programas públicos

- » Fortalecer a relação entre o Pnae e a Conab, considerando os avanços possíveis a partir do PAA local, com a introdução de alimentos regionais.
- » Estabelecer a imediata constituição de um Grupo Intermistrial no âmbito do Governo Federal, sob coordenação do Ministério da Saúde, para a implementação da Estratégia Global de Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, bem como para fomento a investimentos em promoção da saúde.
- » Promover maior articulação entre as universidades e o terceiro setor na formulação de propostas para atuação no incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras, de forma que as considerações sejam levadas aos órgãos governamentais. De igual forma, deve-se conferir atenção especial à formação universitária dos alunos, com cursos de qualidade voltados a toda a cadeia por onde passa o alimento.

### **G) EM RELAÇÃO AO SEMI-ÁRIDO**

- » Alcançar maior decisão política e fomento às políticas sociais para garantir a convivência com o semi-árido.

- » Promover mobilização social em prol do direito ao alimento, da segurança nutricional e da formação de uma consciência política que priorize o tema em nível nacional, buscando o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio.
- » Estimular pesquisas e assistências técnicas na área agropecuária, com prioridade ao fortalecimento e à oferta de subsídios para a agricultura familiar.
- » Construir modelos produtivos mais adequados ecológica e economicamente ao semi-árido.
- » Fortalecer as políticas de educação contextualizada e promover a universalização do ensino fundamental no semi-árido.
- » Descentralizar o programa de alimentação escolar, com aproveitamento dos produtos locais que sejam fontes de vitamina A, como o pequi, entre outros.
- » Inserir na educação (no âmbito dos ensinos fundamental, médio e superior) o conceito de nutrição como um direito.
- » Preconizar a intersetorialidade entre Saúde e Educação, com ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e vigilância do estado nutricional dos indivíduos.
- » Encaminhar ao Consea a discussão sobre a nutrição no semi-árido.
- » Promover o acesso à terra e a reforma agrária, bem como o reordenamento fundiário.
- » Fortalecer o papel das universidades no sentido de desenvolver pesquisas na área de segurança alimentar e nutricional na região.
- » Intensificar o controle da hipovitaminose A na região.



- » Garantir e ampliar em 100% as ações do PSF no semi-árido, inclusive quanto às medidas de prevenção e tratamento da desnutrição e da deficiência de micronutrientes.
- » Interiorizar o trabalho dos profissionais de saúde e nutrição com os devidos incentivos.
- » Repensar os objetivos e as estratégias para a recuperação econômica, ecológica, social e para a sustentabilidade do semi-árido.
- » Valorizar a sociedade civil e as organizações locais, estimulando maior participação da sociedade civil nas políticas públicas.
- » Apoiar e disseminar experiências exitosas locais na área de nutrição e segurança alimentar.

#### **H) EM RELAÇÃO À NUTRIÇÃO E ÀS POPULAÇÕES ESPECÍFICAS**

- » Priorizar as ações para populações mais vulneráveis e menos contempladas pelos bens e serviços públicos.
- » Implantar ações em alimentação e nutrição que respeitem as diversidades dos povos.
- » Regularizar a situação fundiária de todas as comunidades indígenas e quilombolas.
- » Capacitar equipes multidisciplinares quanto aos aspectos antropológicos envolvidos nos cuidados de saúde e alimentação, além de capacitação técnica necessária às atividades de vigilância alimentar e nutricional.
- » Garantir às populações tradicionais o direito ao acesso a todos os programas sociais disponibilizados pelo Estado.
- » Fomentar projetos de auto-sustentação e autonomia das populações tradicionais.

- » Fomentar programas e fortalecer parcerias voltadas à circulação e à reintrodução de sementes tradicionais, valorizando a cultura local.
- » Ampliar as parcerias com as instituições de ensino superior (IES) e outras com experiência em comunidades indígenas.
- » Inserir o profissional nutricionista nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei).
- » Promover a efetiva participação da população indígena e de quilombolas – sujeitos de direito – na elaboração, na validação, na execução e no monitoramento da política pública de segurança alimentar.
- » Fortalecer a articulação entre as instituições governamentais e não-governamentais envolvidas direta ou indiretamente na promoção da segurança alimentar e nutricional.
- » Reconhecer, respeitar e incentivar as práticas da medicina tradicional das populações indígenas e quilombolas.
- » Promover a implantação da vigilância alimentar e nutricional na atenção à saúde indígena.
- » Avaliar a proposta do Ministério da Saúde quanto à suplementação de ferro e à distribuição de cápsulas de vitamina A como forma de combate às carências nutricionais em populações indígenas.
- » Fortalecer o controle social com organismos não-governamentais e conselhos de operação de ações de segurança alimentar e nutricional, a fim de impedir desvios de finalidade.
- » Garantir a responsabilidade das três esferas de governo na redução de qualquer forma de desnutrição ligada à impossibilidade de acesso aos alimentos.

- » Promover a avaliação das ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais, ONGs e municípios, além de uma análise da situação de insegurança alimentar dos grupos vulneráveis, de forma que cause repercussão em ações efetivas para a mudança do quadro evidenciado, principalmente em relação à desnutrição pregressa.
- » Destacar a luta pela terra como elemento fundamental de garantia do DHAA e da SAN.

## 4 ENCAMINHAMENTOS NO PLANO INTERNACIONAL

Ao final do evento, foi assinado um Protocolo de Intenções entre Brasil, Bolívia, Angola e Moçambique. Esses países realizaram estudos de caso na perspectiva de analisar os temas de alimentação e nutrição, inseridos nos planos de crescimento e de combate à pobreza, de maneira a garantir o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio, na perspectiva do Direto Humano à Alimentação Adequada. Tal assinatura referendou o interesse de continuidade de ações conjuntas entre os referidos países.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das avaliações feitas pelos participantes do evento – sejam nos espaços mais ampliados de discussão, sejam nas oficinas e nos trabalhos de grupo – indicaram como ponto fortemente positivo a possibilidade de divulgação ampliada das diversas ações que vêm sendo desenvolvidas no País, no campo da Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa forma, o evento possibilitou que profissionais que atuam em todo o País compartilhassem suas vivências cotidianas em torno do tema.

De igual modo, a 32ª Sessão Anual do Comitê Permanente de Nutrição da ONU teve um caráter formativo, ou seja, de sensibilização para os temas da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada, possibilitando, segundo os participantes, uma compreensão mais ampliada dessas questões. As discussões geraram subsídios e propostas em termos de elaboração de matérias educativas que contemplem os temas.

Além disso, o evento despertou boa parte dos participantes para a importância da construção de estratégias intersetoriais, do fortalecimento dos mecanismos de coordenação dos programas, do diálogo entre os gestores situados em diferentes setores e níveis de governo e das parcerias intragovernamentais e entre o Estado e a sociedade.

Uma das propostas elaboradas como desdobramento do evento foi a expansão de seu conteúdo para outros fóruns similares no País, de forma que possibilitem uma ampliação da discussão em torno do DHAA e dos diversos componentes em torno do papel dos diferentes atores e mecanismos de denúncia e responsabilização dos gestores.

Por fim, cabe destacar que o exercício de analisar a inserção do componente da nutrição nos Planos Nacionais de Desenvolvimento contribuiu para reforçar a essencialidade do tema para uma estratégia que conjugue três formas de desenvolvimento: o econômico, o social eqüitativo e o sustentável.



